PERFIL SOCIOECONÔMICO E AFETIVO DE MULHERES AFETADAS PELA VIOLÊNCIA: reflexões interseccionais

Larissa Silva Carvalho[1]

Neyla Priscilla de Araújo Castro[2]

Patrícia Marciano de Assis[3]

Samara Edwiges Andrade Lima[4]

RESUMO: Este artigo tem como objetivo tecer reflexões interseccionais a partir do acompanhamento de dois grupos de mulheres, mães e familiares de jovens assassinados ou privados de liberdade nos centros socioeducativos do Ceará. O texto foi construído a partir do perfil socioeconômico e afetivo realizado com o Movimento Mães e Familiares do Curió e o Coletivo Vozes do Socioeducativo e Prisional do Ceará, dois grupos da sociedade civil que atuam na luta por memória, justiça e direito para pessoas afetadas pela violência do Estado. Com esse intuito dialogamos com o conceito de interseccionalidade para problematizar os elementos que emergiram através do cotejamento de dados e informações das pessoas que compõem ambos os grupos. Nesse sentido, foi possível tecer um quadro mais amplo de como a violência letal e institucional afeta em grande medida não só a vida de jovens, do sexo masculino, negros e moradores de periferia, mas também a vida de suas mães e familiares, grande maioria de mulheres, negras e periféricas.
Palavras-chave: Grupo de Mães, Jovens Assassinados, Privação de Liberdade, Interseccionalidade.

ABSTRACT: This article aims to weave intersectional reflections from the follow-up of two groups of women, mothers and relatives of young people murdered or deprived of liberty in the socio-educational centers of Ceará. The text was built from the socioeconomic and affective profile carried out with the Movimento de Mães do Curió and the Coletivo Vozes do Socioeducativo e Prisional do Ceará, two civil society groups that work in the fight for memory, justice and rights for people affected by State violence. With this in mind, we dialogued with the concept of intersectionality to discuss the elements that emerged through the collation of data and information from the people who make up both groups. In this sense, it was possible to weave a broader picture of how lethal and institutional violence largely affects not only the lives of young, male, black and suburban residents, but also the lives of their

[1] Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Cedeca Ceara; Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará; carvslarissa@gmail.com
[2] Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Cedeca Ceara; mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará; neylapriscilaaraujo@gmail.com
[3] Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Cedeca Ceara; Graduada em psicologia pela Universidade Federal do Ceará e Doutoranda em história pela Universidade Federal de Pernambuco; patriciamarcianoassis@gmail.com
[4] Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Cedeca Ceara; Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará; samara.andrade@aluno.uece.br

mothers and family members, the vast majority of them of women, black and peripheral.
Keyword: Group of Mothers, Murdered Youth, Deprivation of Liberty, Intersectionality

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é problematizar alguns marcadores que emergiram através da construção do perfil socioeconômico e afetivo realizado com dois grupos de mulheres, mães e familiares de jovens assassinados ou privados de liberdade nos centros socioeducativos do Ceará. O Movimento Mães e Familiares do Curió e o Coletivo Vozes do Socioeducativo e Prisional do Ceará são dois grupos da sociedade civil que lutam contra o terrorismo do Estado no Ceará, através das bandeiras de memória, justiça e garantia de direitos para pessoas afetadas pela violência do Estado. Ambos os grupos são acompanhados pelo Centro de Defesa da Criança e Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará), através do fortalecimento e parceria em ações e intervenções na política de segurança do Estado do Ceará, tanto no que diz respeito aos homicídios e violações de direitos quanto a omissão do Estado na garantia dos direitos de adolescentes e jovens, a despeito do preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Ceará, o Movimento Mães e Familiares do Curió demandam justiça, memória e reparação pela morte de seus filhos e familiares no episódio que ficou conhecido como “Chacina da Messejana” ou “Chacina do Curió”. No dia 11 de novembro de 2015, onze pessoas, em sua maioria adolescentes, foram executadas na região da Grande Messejana, em Fortaleza. O inquérito policial concluiu que quase cem policiais estavam envolvidos na ação. O caso aguarda julgamento pelo Tribunal do Júri. A partir desse episódio, as mulheres/mães passaram a se reunir com o objetivo de exigir do Estado justiça pelos jovens.

Já o Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional do Ceará foi criado em 2013 para reunir mães e familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. O Grupo realiza incidência para a garantia dos direitos humanos dos/as socioeducandos/as, além de ser um espaço de troca de experiências e apoio mútuo. Tendo ao longo de sua história denunciado várias

violações e omissões do Estado no que diz respeito às condições insalubres dos Centros Socioeducativos e a falta de políticas públicas para egressos.

Com o objetivo de garantir os direitos dos jovens internos, e na busca por memória e justiça dos jovens assassinados pela violência policial, os grupos passaram a construir vínculos com outros movimentos e coletivos organizados da sociedade civil, tais como o Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará, a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, a Rede de Mulheres Negras do Ceará e o Instituto Negra do Ceará, com vistas a articular ações contra a letalidade e o encarceramento em massa no Estado, contra a violência e pela garantia de direitos humanos. A fim de impulsionar a organização e mobilização dessas atrizes na luta pela efetivação de direitos humanos no Brasil o projeto surge em prol de fortalecer as lutas enfrentadas por estas pessoas que constroem um campo de resistências por justiça, memória e garantia de direitos.

Fatores como raça, gênero e território são imprescindíveis na hora de pensar o impacto da violência na sociedade e na vida das pessoas, segundo Atlas da violência (CERQUEIRA, 2021) as capitais do Nordeste passam por uma escalada da violência desde 2017 com relação as taxas de homicídios, no Ceará comparando 2017 e 2019, elas passaram de 46,7 para 60,2, com um total de 2.417 mortes somentes neste último ano uma taxa de 10,9 a cada 100 mil habitantes.

Diante do cenário de violência no Estado do Ceará, que ceifa a vida de jovens, em sua maioria pretos e moradores de periferia, e aprisiona, sobretudo homens pretos, é importante problematizar o modo pelo qual as pessoas vitimadas pela violência evidenciam o modo pelo qual a cosmovisão ocidental impacta diferencialmente em termos de gênero, raça e território. Nesse sentido, fazemos uso do conceito de interseccionalidade de Karla Akotirene (2019), com o intuito de evidenciar a inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo em sua versão neoliberal e do cisheteropatricado impactam na vida não só da juventude, mas também de suas mães e familiares. Para tanto, além desta introdução e da conclusão, dividimos o texto em dois tópicos para articular o perfil das mulheres, mães e familiares acompanhados, num primeiro momento apresentando dados de gênero, classe e raça de ambos os coletivos, para em seguida tecer considerações territoriais e do contexto

de pandemia no qual se inseriu este trabalho. Evidenciando como a matriz de opressão colonialista impacta nas pessoas que vão entrar no espectro das que são cotidianamente vitimadas pela violência no Ceará.

2 A PERSPECTIVA DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NOS MOVIMENTOS DE MÃES E FAMILIARES

Neste tópico iremos nos debruçar na perspectiva de gênero que marca as mulheres, interlocutoras desta pesquisa pois trata-se de militância construída a partir da maternidade, por isso que “mães” têm maior destaque na identidade dos coletivos. Essa militância materna que se inicia a partir de um lugar de afeto e cuidado com os filhos e familiares apesar de ter uma forte dimensão de gênero, também carregam as intersecções de classe, raça e território, pois são atravessamentos que delimitam quem tem direitos negados ou violados em nosso país.

De acordo com os dados obtidos, das dezesseis entrevistadas do Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional do Ceará, quinze são mulheres, sendo uma ex-companheira, uma irmã e treze mães. Apenas um pai participa do movimento. Com relação ao Movimento Mães e Familiares do Curió as dimensões apresentadas terão como base os dados fornecidos por cinco familiares, quatro mães e um sobrevivente.

Importante destacar a maternidade nesses coletivos não pelo olhar de serem mulheres militantes e mães, mas mães que por causa dos filhos e filhas tornaram-se militantes, ousamos acrescentar que ser uma mulher militante foi uma construção póstuma, como algumas delas fazem questão de lembrar, sobretudo apontando que são “mães sem filhos” ou “mães de filhos mortos pelo Estado”. Inclusive, sente-se muito fortemente em suas falas um lugar de culpabilização como se tivessem falhado enquanto mães, afinal, por serem as principais responsáveis pela criação das/os filhos/as, sobretudo na sociedade machista em que vivemos, tudo o que de ruim acontecer recairá sobre elas, ainda mais em casos onde exercem maternidade solo. Mas como mesmo dirá bell hooks (2018) o que torna um lar seguro não é a presença de um homem mas um ambiente amoroso e sem dominação. O que queremos dizer

é que esse discurso individualista de colocar nos sujeitos a culpa de algo que faz parte da lógica capitalista, na verdade mascara a presença-ausente do Estado em não garantir políticas públicas. Implementando, na verdade, políticas de guerra e extermínio, pois na periferia os corpos perdem valor e o estado de exceção torna-se regra, “adquire um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei” (Mbembe, 2016, p. 124).

Apesar de serem coletivos com predominância feminina, não se propõem a ser exatemente um movimento feminista, afinal, também agrupam familiares homens, mas certamente apontam para uma representação alternativa do “ser mulher” pois nos serão apresentadas nas suas mais diversas realidades, como se verá mais a frente. Partimos do princípio de que o patriarcado não é homogêneo, pois cada mulher sente de maneira diferente as opressões empreendidas por esse sistema que estrutura nossa sociedade, mas que possui suas particularidades e singularidades quando se tratam dos indivíduos afetados.

De acordo com Akotirene (2019), as vivências e intersecções impactam diretamente a vida das mulheres, notadamente das mulheres negras, de modo que, quando olhamos para coletivos que estão diretamente ligados por questões da violência institucional, emergem também outros elementos além do gênero na construção do perfil. Nesse sentido, a raça possui grande ênfase neste estudo posto que a grande maioria respondeu se identificar racialmente como preta ou parda, além de possuírem baixo nível de escolaridade por precisarem trabalhar desde crianças, como é o caso de algumas, o que consequentemente as levaram a ocupar funções de subalternidade, como de empregadas domésticas. Mais uma vez o cuidado impõe-se em suas vidas mas agora na profissão que exercem.

Apesar de os dois movimentos possuírem um homem em cada, os dados serão apresentados no feminino por serem em sua maioria sobre mulheres. Acerca do autorreconhecimento racial, as mulheres do Coletivo Vozes possuem seis pessoas autodeclaradas pretas, quatro pardas, uma amarela, uma branca, uma indígena e três não souberam informar, o que consequentemente nos leva a constatar que a grande maioria no grupo são mulheres pretas e pardas. Com relação ao Movimento Mães e Familiares do Curió e o autorreconhecimento racial, três pessoas se autodeclararam

como pardas, uma preta e uma branca, o que demonstra uma maioria absoluta de autodeclaradas pardas.

Com relação à Escolaridade é possível observar no Movimento Mães e Familiares do Curió uma distribuição equânime pois cada uma respondeu ter ensino fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto e médio completo, respectivamente. Apenas acerca de uma pessoa não se tinha informação precisa. Já com relação ao grupo Vozes, a grande maioria possui ensino médio completo (cinco pessoas), seguido do ensino fundamental incompleto (três pessoas), com empate entre pessoas cursando EJA e as que possuem médio incompleto (duas pessoas em cada), já o superior completo, incompleto e fundamental completo uma pessoa em cada.

Ao nos aprofundarmos neste estudo social e abordarmos a categoria “renda”, o coletivo possui uma diversidade de atuação. Quatro mulheres informaram ter o trabalho doméstico como profissão, três informaram realizar trabalho informal (artesã, manicure e motorista de uber), uma respondeu ser cozinheira, outra agente de endemias, mas o que impressiona mesmo é o grande número de desempregadas com um total de sete pessoas. Os trabalhos já realizados pelas que indicaram estar desempregadas vão desde educadora, porteiro, empregada doméstica e atendente de telemarketing.

Quando questionadas sobre o que gostariam de fazer futuramente, algumas responderam querer trabalhar em unidades socioeducativas ou prisionais, outras gostariam de cursar faculdades voltadas ao social, como Serviço Social e Direito, e as demais mencionaram atividades relacionadas ao cuidado de idosos e crianças, serviços gerais e venda de lanches.

O ponto da renda vincula-se diretamente ao de programas sociais pois é expressiva a quantidade de familiares beneficiários de algum programa de transferência de recursos sociais. Somente no grupo Vozes, oito pessoas disseram receber Bolsa Família, três não recebem nenhum recurso do governo, três não se tem informação, duas recebem BPC de algum dos filhos e existe a peculiaridade de alguns familiares receberem recurso de mais de um programa, como por exemplo uma das mães que recebe Bolsa Família também conta com recurso do Mais Infância,

enquanto outra informou que o marido recebe auxílio doença do INSS. As informações foram muito coerentes com as respostas sobre atividades laborais, afinal grande parte encontra-se desempregada.

A configuração de renda destoa em comparação com o Movimento Mães e Familiares do Curió pois das cinco pessoas entrevistadas apenas duas informaram estar desempregadas, as demais desempenhavam alguma atividade remunerada, sendo uma pastora, a segunda cuidadora de idosos e a terceira auxiliar de nutrição.

Quanto aos planos futuros, apenas três responderam a essa pergunta, uma gostaria de ser cozinheira, outra de trabalhar na fabricação de próteses pois era sua profissão e ainda uma terceira respondeu que gostaria de terminar o ensino médio para cursar uma faculdade. Em relação a receber algum recurso de transferência de renda, do total de respostas, duas não recebem, uma recebe benefício do INSS, uma recebe BPC como aposentada e uma está sem informação.

Esta reflexão nos leva a compreender que as mulheres negras e periféricas, além de cuidarem de seus próprios filhos, desassistidos pelas políticas públicas, também são obrigadas a cuidar e criar os filhos da elite burguesa, pois possuem uma história de vida marcada pela negação de direitos, simplesmente por serem negras.

Outro importante reforçador dessa condição é o cotidiano pois “habitua e normaliza, regula e regulamenta a vida social, eterniza e naturaliza regras” (SILVA; OSTERNE, 2012, p. 159). As autoras situam três instâncias extremamente importantes para a naturalização da desigualdade, sejam elas de gênero, racial ou de classe, são elas: o Estado, a Igreja e a Família.

Quanto à composição familiar, mais uma vez as realidade se apresentam divergente para os dois grupos pois no Movimento Mães e Familiares do Curió três mães informaram serem casadas, dessas apenas uma não reside com os filhos. Uma informou ser viúva e outra solteira, que vive com os pais. Quando nos voltamos para o segundo grupo, oito familiares (50%) apresentaram serem mães solos, enquanto que as outras oito (50%) informaram serem casadas ou em união estável com os companheiros/as.

3 TERRITÓRIO, CONFLITO E PANDEMIA NOS GRUPOS DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA DO ESTADO

No início de 2020, os coletivos se preparavam para receber no mês de maio, o V Encontro de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado[5] que, pela primeira vez, seria sediado no estado do Ceará. As articulações foram interrompidas em março após a Organização Mundial da Saúde - OMS declarar a pandemia de Covid-19. Segundo o Dossiê Nacional: as Metrópoles e a Covid-19, a Covid-19 nas periferias de Fortaleza[6], os 59 óbitos ocorridos de 24/03 a 07/05/2020 se concentravam nos bairros mais ricos: Meireles e Aldeota, onde os primeiros casos foram constatados, e onde as testagens foram realizadas em maior número, bem como em dois núcleos periféricos de baixa renda e adensados, um ao oeste: Barra do Ceará e outro, ao sul Prefeito José Walter (Dossiê Covid-19, 2020, p. 21). O portal de notícias G1 (2020) também chegou a apresentar a preocupação da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza com o "número significativo de óbitos, desproporcional ao relativamente baixo registro de casos" nos bairros periféricos.

. Como parte da classe trabalhadora proveniente de bairros pobres, muitas mães sustentavam suas famílias como empregadas domésticas e cuidadoras. Com a pandemia, essas mulheres se viram obrigadas a trabalhar em áreas contaminadas e sem garantias de proteção à saúde no deslocamento, expondo-se ao transporte público e ao cotidiano com os patrões. Por vezes, as reuniões virtuais com os coletivos eram realizadas com as participantes ainda no local de trabalho ou dentro dos ônibus. Como já citado, a maioria das mulheres acompanhadas são negras e, acrescenta-se, usuárias do Sistema Único de Saúde - SUS, confirmando os dados das Nações Unidas divulgados pelo Portal Geledés em 2017 ao apresentar que quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra. Durante a pandemia, as Unidades de Atenção Primária de Saúde-UAPS, suspenderam por tempo

[5] Os Encontros da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado têm o objetivo de fortalecer a luta por justiça daqueles que perderam familiares ou estão privados de liberdade, dando visibilidade às violações de direitos perpetradas pelo Estado. É um importante momento de troca de experiências entre os familiares. https://5encontronacional.wixsite.com/fortaleza

[6] Dossiê realizado pelo Observatório das Metrópoles, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana em 2020.

indeterminado, consultas e exames de rotina. Somado ao temor pela contaminação, muitas mulheres deixaram de frequentar os postos em razão dos conflitos territoriais. A dinâmica dos grupos faccionais segue impactando diretamente o acesso dos usuários às UAPS, Centros de Referência de Assistência Social-CRAS e demais equipamentos públicos da capital e do interior do estado, como é citado no relato de uma das mães:

> "Não tenho ido ao posto devido a pandemia. Acabaram as consultas de rotina para priorizar os pacientes com covid. A última vez que precisei de atendimento, fui numa clínica particular fazer um exame ginecológico. Acho melhor não ir ao posto por precaução, pois a unidade abrange bairros vizinhos."

No estado do Ceará, três facções são atuantes e denominadas como as mais importantes do país, são elas: o Primeiro Comando da Capital-PCC, Comando Vermelho-CV, Família do Norte-FDN e a facção nascida no estado, Guardiões do Estado-GDE. O sociólogo Luiz Fábio Paiva faz a seguinte exposição sobre o tema:

> Diversos episódios e situações evidenciam uma transformação social nas maneiras de se relacionar e de fazer o crime na cidade, com uma série de novos problemas sociais que precisam ser considerados na vida cotidiana de moradores das periferias, em virtude da existência de "facções criminosas" (Paiva,2016, p. 165).

Bairros, conjuntos e comunidades constituem as 12 regionais e 38 territórios da capital cearense, em quase todos eles é possível identificar algum tipo de interferência das facções. Os grupos de mães que são compostos por mulheres de diversos pontos da cidade e das regiões metropolitanas de Fortaleza, quando perguntadas, afirmaram viver em áreas dispostas da seguinte maneira: doze delas declararam residir em território comandado pelo CV, seis pela GDE, uma pelo PCC e cinco não informaram. Os seguintes relatos foram feitos em um encontro virtual onde a territorialidade foi o tema: "Fui em uma mercearia e não percebi estar localizada no território de facção rival, vi em um muro diversos dizeres com ameaças e isto me amedrontou", "Eu queria muito poder ir pros bairros vizinhos, mas não podemos ir de um lado pro outro". "Eu tenho muito medo de andar de bicicleta e me confundirem" "Nos bairros vizinhos infelizmente hoje não podemos andar por conta do Estado, se eu não posso andar lá é por culpa do Estado".

Com a pandemia, os dois coletivos sentiram o aprofundamento das expressões da questão social no seu cotidiano. Suas próprias famílias e vizinhos foram afetados pela insegurança alimentar. Segundo recente levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre) e divulgado pelo Jornal O Povo, mais de 4 milhões de cearenses vivem na pobreza com menos de R$450,00 por mês. A negligência do poder público com a saúde e a assistência social sempre ocupou espaço nos debates feitos pelos coletivos durante a pandemia. Dessa forma, elas organizaram suas próprias ajudas humanitárias. A partir da escrita e aprovação de projetos sociais e redirecionando recursos dos próprios coletivos, os grupos realizaram inúmeras distribuições de cestas básicas, gás de cozinha, medicamentos e materiais de higiene e limpeza para as famílias de quase todos os bairros de Fortaleza. Em uma das reuniões virtuais do seu coletivo, umas das mães do Movimento Mães e Familiares do Curió relatou os sentimentos despertados no processo de ajuda humanitária e lamentou a situação que impede as mobilizações nas ruas.

> Que pena que o cenário é de dor, sangue, de lágrimas, o pior possível. Estamos hoje aqui virtualmente não porque queremos, porque somos acomodadas, mas sim porque existe algo pior que tem assombrado a nação. Que pena que existem pessoas em situação difícil e não podemos ajudar, que pena que não podemos amparar todas as pessoas, que pena que não podemos estar lá fora transmitindo nossa luta. Que pena que as demais mães do grupo não estejam conosco. Mas creio que a tempestade vai passar e iremos nos encontrar.

Durante a pandemia, essas mães incidiram contra a pandemia do covid-19, contra a violência policial e a letalidade juvenil também referenciada como epidemia de homicídios. Ao passo que se engajaram com a ajuda humanitária, realizaram ações de autocuidado, acolhimento e denúncias. O Movimento Mães e Familiares do Curió, por exemplo, iniciou o processo de escrita do livro sobre a vida dos filhos e a trajetória do movimento. Além do surgimento de um novo coletivo denominado Mães da Periferia, criado por uma das Mães do Curió. O coletivo Vozes, realizou visitas de acolhimento nas residências das integrantes, acolhimento de jovens egressos do sistema socioeducativo e colocou em prática estratégias de economia e renda para estes jovens. Uma das mães do coletivo Vozes reflete sobre a realidade dos jovens egressos:

> É triste seguir uma lógica de que alguns jovens sequer chegam ao sistema prisional, pois são assassinados ou nas unidades socioeducativas ou quando saem e são vítimas da violência urbana, como se a alternativa da migração fosse menos pior.

Para a socióloga Patricia Hill Collins (1990), existe um debate sobre a maternidade como símbolo de poder em sua obra: *O Pensamento Feminista Negro.* A autora discorre sobre o que chama de *status* das mulheres negras em suas comunidades afro-americanas, que surge da consideração advinda da maternagem ativista como mães de criação da comunidade. Segundo a autora, algumas das mulheres negras mais respeitadas nos bairros da classe trabalhadora são aquelas que demonstram uma ética coletiva, mas que ao mesmo tempo é questionada. Tal qual as mães citadas pela socióloga, o Movimento Mães e Familiares do Curió e o coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional, habitam o lugar fronteiriço da valorização por seus feitos pela comunidade e a criminalização. Não à toa, tamanha complexidade no maternar, é denominada por uma das mães como uma “maternidade não convencional". Uma maternidade que grita “Eu vou lutar por justiça até o dia em que Deus me der forças para lutar”.

4 CONCLUSÃO

De acordo com Akotirene (2019), a matriz de opressão se manifesta de diferentes formas na vida das pessoas, tornando sensível leituras cuja instrumentalidade conceitual considera raça, classe, gênero e território, como tentamos propor ao longo deste texto. Quando se fala de pessoas afetadas pela violência, seja direta através da morte e do encarceramento, seja indiretamente através dos impactos nas famílias, tais fatores se tornam imprescindíveis para a construção de um perfil de diferentes grupos atuantes na sociedade civil. Tanto o Movimento Mães e Familiares do Curió, quanto o Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional apresentam marcadores sensíveis nesses termos, constituindo-se em sua maioria de mulheres, pobres, pretas e pardas, e moradoras de periferias.

REFERÊNCIAS

Akotirene, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

Cerqueira, Daniel et al.. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

Collins, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro.**

hooks, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020. 272 p.

Jornal O Povo. **Ceará atinge 44,3% da população vivendo na pobreza**

Mbembe, Achille. Necropolítica. **Revista Arte e Ensaios**, n. 32, p. 122-151, dez. 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169. Acesso em: 27 ago. 2021.

Observatório das Metrópoles. **A Covid-19 nas Periferias de Fortaleza.**

Osterne, Maria do Socorro Ferreira; Silva, Mayra Rachel. Mulher, sinônimo de pobreza? **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, n.1, 2012. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/17563. Acesso em: 30 jul. 2021.

Paiva, Luiz Fábio S. **"Aqui não tem gangue, tem facção":** as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. Caderno CRH, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, jan./abr., 2019.

Portal de Notícias G1 Ceará. **Vicente Pinzón e Meireles têm os maiores números de mortes pela Covid-19 em Fortaleza; 79 bairros já registram óbitos**. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/04/22/vicente-pinzon-e-meireles-tem-os-maiores-numeros-de-mortes-pela-covid-19-em-fortaleza-79-bairros-ja-registram-obitos.ghtml.

Portal Geledés. **Quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra.** 2017. Disponível em: https://www.bing.com/search?q=Portal+Geledés.+Quase+80%25+da+população+brasileira+que+depende+do+SUS+se+autodeclara+negra.&cvid=647e5c418bf047ad867a445a9c0b2322&aqs=edge..69i57.386j0j9&FORM=ANAB01&PC=DCTS.